

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Centro Unisal
Unidade de Ensino de Americana

**A PRAIA DO EXCURSIONISMO AO TURISMO.
ESTUDO DE CASO: PRAIA GRANDE - SP.**
Curso de Turismo

KARINA JULIANE GHIRALDELLI

Americana
Novembro – 2001.
Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Centro Unisal

Unidade de Ensino de Americana

A PRAIA DO EXCURSIONISMO AO TURISMO. ESTUDO DE CASO: PRAIA GRANDE – SP.

KARINA JULIANE GHIRALDELLI

Trabalho monográfico de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Grau de Bacharel de Turismo, à Banca Examinadora do Centro Universitário de São Paulo – Centro Unisal, sob a orientação da Professora Eliane Guerreiro Rossetti Padovani.

Americana – SP

Novembro – 2001.

KARINA JULIANE GHIRALDELLI

**A PRAIA DO EXCURSIONISMO AO TURISMO. ESTUDO DE CASO:
PRAIA GRANDE – SP.**

Curso de Turismo

Banca Examinadora:

**Prof. Msc. Eliane Guerreiro Rossetti Padovani –
Presidente/Orientadora**

DEFESA EM: ___/___/_____

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Centro Unisal
Americana – SP
2001

Natureza.
Podemos perdoar a destruição do passado,
causada por ignorância. Agora, no entanto,
temos a responsabilidade de examinar eticamente o que herdamos
e o que passaremos às gerações futuras.

DALAI LAMA

Dedico primeiramente a Deus, o companheiro de todas as horas, aos meus pais, que me deram a oportunidade de estar aqui, e ao meu querido avô Oscar, que apesar de não estar mais ao nosso lado hoje, se faz sempre presente em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todos meus familiares, que tanto direta ou indiretamente me ajudaram, meu namorado, pela compreensão nos momentos mais difíceis desta jornada, aos meus colegas de classe, pelo companheirismo, aos professores como um todo, e em especial a minha orientadora Eliane Guerreiro Rossetti Padovani, que me encorajou nos momentos certos e me apoiou e elogiou de maneira excelentíssima na hora exata em que se fazia necessário.

RESUMO

A praia como atrativo turístico data desde meados do século XVIII, desde então, esse espaço vem sendo aprimorado, tanto em sua infra-estrutura receptiva, como também em sua paisagem natural, para melhor atender a uma demanda tão alta, por causa disto, atualmente, vem se discutindo a atividade turística sustentável, afim de evitar conseqüentes danos provocados pelo mau uso desta paisagem natural, para que assim a mesma não perca sua atratividade turística. Neste contexto a cidade de Praia Grande foi reurbanizada visando mudar sua imagem perante turistas e moradores, fato este que permite uma discussão crítica sobre seu planejamento, meta e ações, analisando se o processo de implementação do projeto de reurbanização se adequa aos moldes de sustentabilidade declarados por mestres e doutores do assunto.

Palavras-Chave: Paisagem, Sustentável, Praia Grande.

ABSTRACT

The beach as attractiveness tourist date from middles of the century XVIII, ever since, that space comes being improved, so much in its receptive infrastructure, as well as in its natural landscape, for best to assist to such a high demand, because of this, now, it comes if discussing the supportable tourist activity, kindred of avoiding consequent damages provoked by the bad use of this natural landscape, so that the same doesn't lose the tourist attractiveness. In this context the city of Praia Grande was urbanized seeking to change its image before tourists and inhabitants, fact this that allows a critical discussion about its planning, goal and actions, being analyzed if the process of implementation of the urbanization project is adapted to the supportable molds declared by masters and doctors of the subject.

Key-words: Landscape, Supportable, Praia Grande.

ÍNDICE

Introdução	09
Capítulo I – A imagem da Praia e sua Atratividade Para com o Turista	12
Capítulo II – O Turismo Sustentável e suas Dimensões	17
Capítulo III – Estudo de Caso “Praia Grande: seus primórdios até a atualidade”	22
Conclusão	35
Bibliografia	37

Anexos	40
--------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de Frequência das Pessoas	32
---	----

Gráfico 2 – Infra-estrutura da Cidade Atualmente	33
--	----

Gráfico 3 – Melhorias para Praia Grande	33
---	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Portal da Cidade	41
----------------------------------	----

Anexo 2 – Ciclovía Urbanizada	41
-------------------------------------	----

Anexo 3 – Vista Aérea da Cidade	42
---------------------------------------	----

Anexo 4 – Bandeira do Município	42
---------------------------------------	----

Anexo 5 – A praia Antes e Depois da Reurbanização	43
---	----

Anexo 6 – Questionário Visitantes Praia Grande	44
--	----

Anexo 7 – Mapa Plano Diretor	45
------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo em uma época de grandes discussões sobre a sustentabilidade da atividade turística.

As pessoas em seu tempo de lazer, já que o confinamento e o constrangimento típicos da vida urbana o tornam uma necessidade, buscam se satisfazer, ao máximo, para se recompor do *stress* cotidiano. De acordo com ANDRADE (2000), a civilização industrial e o ambiente tumultuado, barulhento e desumano que as grandes cidades causam, criam um estado de tal opressão que obriga os indivíduos, mesmo os mais equilibrados, a procurarem durante as férias, finais de semana e feriados, lugares com belezas naturais, pessoas e culturas diferentes, para uma reciclagem e recomposição da energia, mesmo porque o desejo de evasão é humano, natural, freqüente e é produto característico das grandes metrópoles. Temos que ressaltar que quando o assunto é motivação para viagens, ou melhor, para o turismo, corremos o risco de aceitar conceitos generalizadores demais, tendo em vista que vários autores valorizam determinados aspectos em detrimento de outros, portanto abrimos vários questionamentos sobre a conceituação rígida do autor acima citado. Segundo RUSCHMANN (1997), a falta do verde se torna um grande incentivador das viagens, o que faz com que o planejamento dos espaços e das atividades turísticas seja fundamental, para evitar danos sobre o meio e com isso manter a atratividade para futuras gerações.

Com isso, somente o planejamento institucionalizado e não participativo não adianta, pois para realmente apropriar o espaço para o uso, este deve envolver todas as instâncias representativas da comunidade, tornando-se algo indispensável para organizar as ações do homem, direcionando seus passos de forma adequada, aliviando efeitos negativos, tanto no meio físico, cultural e social. Quando tratamos de espaço para o uso ou o uso de espaço, estamos nos referindo a necessidade do estabelecimento das relações de identificação das pessoas com o mesmo, pois segundo SANTOS (1997), o espaço constitui

uma realidade objetiva, um produto social em permanente transformação, impondo sua própria realidade, não podendo, então, a sociedade operar fora dele, sendo ele ao mesmo tempo produto e condição para a reprodução da sociedade. Deste modo, a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o mesmo é o resultado da produção, decorrente de processos produtivos da história impostos a ele, formatando que,

“a idéia de produção supõe a idéia de lugar. Na produção de bens materiais ou imateriais, o território tem de ser adequado ao uso procurado e a produtividade do processo depende dessa adequação.”¹

Mas, também, como diz RODRIGUES (1997), o turismo é uma mercadoria cuja marca é o consumo de espaço. Altera-se a produção e o consumo do espaço, altera-se o meio ambiente, pois os turistas buscam a natureza, mas levam consigo as “necessidades criadas” dentro da sociedade urbana, e o espaço é transformado em infra-estrutura viável para permitir a acomodação de pessoas, a circulação das mesmas, de mercadorias e serviços com função de processo produtivo e a realização de capital, entrando a partir dessa linha de pensamento, o ideário de desenvolvimento sustentável.

Como desenvolvimento sustentável do turismo designa-se “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade de usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (World Commission of Environment and Development, 1987)², considerando também a

“gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica do meio humano e ambiental são mantidos através do tempo” (Globe’90 1990).³

O Brasil, apesar de grandes recursos naturais com potencial turístico elevado, ainda não possui políticas eficientes de implementação do turismo sustentável, pois a imagem do lugar turístico precisa ser apoiada por uma realidade local que ofereça condições para potencializar a oferta com confiabilidade.

Encontrar o equilíbrio entre interesses econômicos estimulados pelo turismo e seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, não é fácil, pois esse controle

1. Milton SANTOS, *Espaço e método*, p. 61.

2. World Comission of Environment and Development *apud* Doris RUSCHAMANN, *Turismo e planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente*, p.10.

3. *Globe '90 apud Ibid*, p. 110.

da atividade depende de critérios, políticas ambientais e turísticas que ainda não se encontraram em nosso país.

Dentro dessa questão, discutirei a importância da sustentabilidade na região litorânea, em especial na cidade de Praia Grande – SP, que passou por um processo de reestruturação urbana há oito anos atrás.

Assim será abordado neste trabalho em seu primeiro capítulo, a atratividade que a praia exerce para o turista, e quão importante se torna sua imagem para o mesmo, já que em se falando de imagem, a retratação da paisagem e seu estudo ajuda a compor uma análise descritiva local, para manter uma atividade turística constante nos moldes de sustentabilidade, sem agressão do meio, aliviando e evitando transformações, mesmo porque o olhar moderno voltou-se para as paisagens, valorizando nestas o sentido do tempo livre e o consumo apropriado para as necessidades da vida moderna.

No segundo capítulo, será discutido a atividade turística planejada de maneira sustentável e suas dimensões, apontando problemas encontrados para a realização de um planejamento adequado, como a falta de cultura ambientalista, falta de integração comunidade local/poder público, e algumas diretrizes básicas para uma melhor elaboração de um planejamento integrado que não degrade o meio, visando a sustentabilidade da atividade turística neste mesmo meio em que esta inserida.

E finalmente, discutirei Praia Grande, contando sua história, sua reurbanização para resgatar sua imagem perante os turistas e cidadãos, prejudicada pelo mau uso das suas potencialidades, para então, manter sua rotatividade atraindo turistas e cultivando um desenvolvimento bem próximo do que é apontado como turismo sustentável.

CAPITULO I – A IMAGEM DA PRAIA E SUA ATRATIVIDADE PARA COM O TURISTA

Uma harmonia perfeita de imagens. Esta é a praia, que atrai há centenas de anos, como nos tempos mais remotos, pessoas, tanto para desfrute do mar, repouso ou cura.

“Ruídos da natureza, o sopro do vento, a música ritmada pelas ondas do mar, e outros elementos sempre exerceram forte poder de atração para com as pessoas de todo o mundo, pessoas estas que em sua maioria preferem viajar para locais relacionados com água.¹

De acordo com ANDRADE (2000), nos rituais litúrgicos de todas as crenças e religiões, a água se apresenta como elemento puro, fator que garante o sucesso de todos os modos hidrotermais, como também no batismo cristão, que por seu simbolismo muito forte e pela força da Igreja Romana por tantos séculos, contribuiu para o incentivo das boas tendências dos exercícios e das práticas termais, mas nem todos povos preferem a praia, como por exemplo, os asiáticos, no caso específico dos tailandeses, que possuem um belo litoral, mas preferem se dirigir ao norte do país, procurando vales, montanhas e parques para buscarem um equilíbrio físico e espiritual.²

Deste modo, de centros religiosos, crenças e forças misteriosas, a contribuição foi de grande valor para diversas demandas, que proporcionou criação e construção de diversas formas de infra-estrutura receptiva para seus clientes, visitantes e fiéis, nascendo então os primeiros balneários continentais, construídos a partir dos desejos e dos anseios que para a sociedade se faziam necessários, que datam de 1794. Já em 1819, apreciadores de banhos

de mar já eram numerosos, tanto para banhos *open sea*³ como para estabelecimentos construídos com fornecimento de banhos quentes e frios.

-
1. Ulisses Nunes, SODRÉ., *A problemática das praias no verão*. Internet – www.uol.com.br/cultvox/novos_artigos 01/06/01
 2. Carmem Lúcia Vergueiro MIDAGLIA, p. 34 apud Carmem Lúcia Vergueiro MIDAGLIA, & Sundung, S. *Analysis of the Recreationbal Resources of the Mae Sa Valley*.
 3. Banhos Open Sea: estabelecimento destinado a oferecer todas as comodidades para banhos diretamente no mar. In: Alain CORBIN, *O território do vazio: a praia e o imaginário Ocidental*, p. 277.

No seu nascimento, estabelecimentos balneários eram de uso exclusivo da elite, pois poucas pessoas, como senhores e aristocratas, podiam viajar para se curarem ou relaxarem, sempre que necessário ou aconselhável era atribuída à água, assim como relata ANDRADE (2000), virtudes medicinais, tanto minerais ou termais, frias ou quentes, por apresentarem propriedades físico-químicas diversas das águas comuns, então por isso em maior ou menor teor, apresentavam-se como ação medicamentosa eficiente, como os médicos, Heródoto, Dióscoro, Aureliano e Galiano, já na antiguidade receitavam banhos de mar como terapia eficaz contra reumatismo, problemas respiratórios, conforme atesta a história da medicina, e também por sua natureza e origens vitais, as águas se apresentavam como recursos terapêuticos de recuperação, manutenção e estabilização da saúde, justificando a viagem.

Mas mesmo para a elite, no início da Revolução Industrial, os momentos de lazer eram considerados um desperdício, visto que, como WEBER (1989) afirmava

“... a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo o gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituída de qualquer caráter eudomonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão naturalmente como finalidade. O homem é dominado pela produção do dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última da sua vida.”⁴,

Segundo TRIGO (1993), ainda no século XIX na Europa, a população trabalhadora começou a ter acesso ao turismo, devido às conquistas sociais, reivindicando melhores salários, férias remuneradas, tempo livre da produção, para realizarem atividades de sua escolha, incluindo o lazer, onde se insere o turismo, pois foi nesta mesma época que vários movimentos sociais em busca de mais prazer, liberdade, qualidade de vida e respeito a

etnias e culturas diferentes ganharam espaço e influenciaram a opinião pública, construindo parâmetros para investimentos e grandes projetos empresariais.

Devido a grande procura, a mudança de pensamento e investimento em tecnologia, facilidades para a diversão melhoraram durante o século na Europa. Estradas foram construídas, outras consertadas, iluminação, parques planejados, árvores plantadas, tudo

4. Max WEBER, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 33.

para tornar a vida mais agradável para quem procurava tratamento, relaxamento, diversão e aventura.

Assim. “o prazer, o lazer, a sedução e a vida erótica são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias”⁵ e ao mesmo tempo, segundo PADOVANI (2000), o indivíduo sem trabalhar, considera o consumo uma forma de lazer, tanto porque o empresário, o empregado, incluso no sistema capitalista, se deram conta das vantagens que o tempo livre⁶ poderia trazer para a economia, pois o indivíduo desfruta do lazer consumindo mercadorias e serviços, incluindo-se no mundo capitalista e obedecendo as regras, mesmo sem produzir, permanece no processo, comprando e reproduzindo capital.

Seguindo este raciocínio, no final do século XIX, na Europa, os banhistas eram bem mais numerosos e muito menos seletos, pois o direito do ócio, garantido após reivindicações depois de 1950, um aumento crescente dos freqüentadores, tornando a atividade antes justificada como tratamento médico à uma atividade orientada para o puro consumo, o que fez que as estações de férias deixassem aspirações exclusivistas para atrair pessoas que tivessem tempo e dinheiro para gastar, o chamado turismo de férias. Para ANDRADE (2000), este turismo é o filho da Revolução Industrial e fruto do resumo trabalho/repouso, necessário pelo desgaste das árduas jornadas de trabalho e que também para PADOVANI (2000), o período de descanso, o tempo livre, se torna necessário para uma revitalização, e interessante para o patrão, pois seu trabalhador voltará mais produtivo às suas funções.

Nasce a partir desse momento, o estilo de praia que hoje conhecemos, aberta para quem puder freqüentar.

No Brasil, como diz MACEDO E PELLEGRINO (1999), o processo de ocupação do litoral remonta ao início da colonização, mas se estrutura a partir do século XX, quando

5. David HARVEY, *Condição pós-moderna*, p.99.

6. Tempo livre: recobre ao mesmo tempo as atividades de engajamento sócio espiritual, de engajamento sócio-político e as atividades orientadas prioritariamente para a satisfação da pessoas. Jofre DUMAZEDIER, *Sociologia Empírica do Lazer*, p. 236. Para MARCELINO, não existe na realidade tempo livre, pois todos os tempos estão ligados de alguma forma às condições sociais, sendo para o autor o correto seria a denominação tempo disponível. Nelson MARCELINO, *Lazer e educação*, p. 35. BAUDRILLARD afirma que tempo livre é restituir ao tempo o seu valor de uso, libertá-lo como dimensão vazia para cumular com o tempo individual. Jean A. BAUDRILLARD, *Sociedade de consumo*, p. 161.

subúrbios de grandes cidades costeiras se configuram numa nova estrutura urbana, denominada de veraneio, sendo o primeiro exemplo a cidade do Rio de Janeiro, então a capital nacional, onde foi construído o bairro Copacabana à beira mar, que passa a ser valorizado como balneário, inserido no contexto urbano. A partir de Copacabana, os banhos de mar se tornaram hábitos populares, o que espalhou pelos principais centros costeiros, e a partir da segunda metade do século, para toda a costa do país.

A praia oferece uma paisagem bela e de atratividade própria, um recurso turístico valioso, para atração de fluxos turísticos. Mas afinal o que é paisagem? “Paisagem é o lugar onde estamos e como seres humanos, pensamos e sentimos em função dela.”⁷, mas também segundo MARX (1987) a paisagem

“embora não informe nada acerca de suas características, é evidente que qualquer vista tem, para o observador, uma série de elementos que a definem e que a diferenciam de outras infinitas paisagens. A morfologia do terreno, a flora, a fauna, os recursos hídricos locais e a ação antrópica são elementos que, ao constituírem a paisagem, ao mesmo tempo a caracterizam de forma inconfundível.”⁸

Pode-se dizer então, que, paisagem é uma soma de fatores que se modificam com o tempo, assim como SANTOS (2000) sintetiza “a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”⁹.

Portanto, segundo RODRIGUES (2000), compreender a paisagem, analisar e controlar suas modificações são aspectos importantes para o desenvolvimento do turismo.

O turismo hoje, com sua voracidade de usufruir paisagens e culturas, está colocando em risco seu futuro, pois esta padronizando e homogeneizando as paisagens que constantemente precisam ser vendidas e recriadas para oferecer atratividade e assim

7. Carmem Lúcia Vergueiro MIDAGLIA, *Turismo e meio ambiente no litoral paulista? Dinâmica da balneabilidade nas praias*, p. 36.

8. Burle MARX, Apud Ivone RODRIGUES, *A avaliação da paisagem para fins de desenvolvimento turístico*, p. 225.

9. Milton SANTOS, Apud *Ibid.* p. 226.

chamar um maior número de pessoas, produzindo então “não-lugares”¹⁰, afastando o feio e o pobre do turista, perdendo a característica de exótico e a identidade da sociedade local no plano vivido, excluindo o sentimento de pertencimento.

Para YÁZIGI (1996), a paisagem não é algo somente que interessa ao turista, devendo interessar primeiramente a população local, dependendo dela sua maior ou menor destruição de acordo com a auto-estima da comunidade, já que a paisagem deve ser entendida como a soma do meio mais os habitantes do local, e que em uma relação de estima com a paisagem resultará o interesse de andantes, visitantes e turistas.

Mas nem sempre a paisagem sonhada corresponde com a paisagem real, fazendo com que o cenário real não corresponda às expectativas criadas, induzindo o turista a criar uma nova imagem mentalmente, para tentar suprir a falta de correspondência entre a imagem turística e a paisagem que lhe causou decepção. Por tanto, paisagem é um importante fator de atração com poder de influência podendo, então, estimular positiva ou negativamente o turista que está em contato direto com ela.

A fisionomia e o aspecto visual é um fator decisivo para a valorização da paisagem, pressupondo lazer e relaxamento, que seguramente não ocorreria em lugares desagradáveis, por isso a praia atrai tanto, devido a sua paisagem, com requisitos valiosos para o lazer, pois um fator importante é que não é necessário criar a praia, tendo no máximo que organizá-la com alguns recursos.

Mas só atrair não é o bastante, pois vivendo em reinados capitalistas, onde o lucro fala mais alto, o turismo entra nesse cenário como ator principal, fazendo que paisagens naturais, culturais sejam comercializadas para quem pode usufruir, de modo a ter um retorno rápido, sem ao menos ter algum planejamento, o que transforma e destrói a

paisagem, entrando assim, no mesmo cenário, como agente estruturador, o planejamento e a sustentabilidade da atividade turística, para que a mesma não morra, levando consigo a história de um local, deixando sinais de ruínas, sem chances de se reerguer novamente, conciliando também interesses privados na preservação de patrimônios naturais ou construídos e interesses da população local.

10. Não-lugares: se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. Marc AUGÉ, *Não-lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, p. 73.

CAPÍTULO II – O TURISMO SUSTENTÁVEL E SUAS DIMENSÕES

A preocupação com o meio ambiente teve início nos contextos urbanos, “em que um planejamento errôneo do desenvolvimento colocou em risco e em muitos lugares até aniquilou a *qualidade de vida*¹ de certos povos.”²

Desde então, de acordo com RUSCHMANN (1997), turismo e meio ambiente não têm se caracterizado por um relacionamento harmonioso. Na sua primeira fase, durante o século XVIII, caracterizada pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras, onde a motivação era ir onde a industrialização não havia chegado ou centros turísticos à beira-mar. Foi a fase dos primeiros equipamentos turísticos. Já na segunda fase, no final do século XIX e início do século XX, a fase do turismo dirigido e elitista, não havia preocupação com a proteção do meio ambiente e a intensificação da demanda estimulou o *boom* imobiliário, pois não se hesitou em construir cassinos flutuantes ou audaciosas estradas de ferro nas montanhas, domesticando a natureza. A terceira fase, o turismo de massa, que ocorreu a partir dos anos 50, com seu auge no decorrer dos anos 70 e 80, caracterizou-se por ser o período mais devastador e do domínio brutal do turismo sobre a natureza, com excesso do crescimento desordenado, predominância do concreto, falta de controle de efluentes de esgoto, etc.. Os pacotes turísticos, nesse período, levavam milhares de pessoas à partes mais remotas, e com a prosperidade de países desenvolvidos, uma grande parte da população usufruiu de férias pelo menos duas vezes por ano, o que agravou os problemas ambientais.

A falta de cultura turística, também citada por RUSCHMANN (1997), faz com que os visitantes se comportem de forma alienada em relação ao meio em que visitam, por isso,

outras formas de turismo estão sendo propostas, com o intuito de amenizar os impactos negativos da atividade, com a denominação de turismo alternativo, turismo ecológico e atualmente de turismo sustentável.

1. Doris RUSCHMANN, *Turismo e Planejamento Sustentável*, p. 18.

2. Qualidade de vida, que se refere, considerando países do Terceiro Mundo, uma adoção do PIB Verde, que contabiliza florestas, rios e oceanos com sua fauna e flora e até mesmo a atmosfera, do qual a população depende para viver, sobreviver e viajar.

Segundo SWARBROOKE (2000), desde 1987, o interesse no desenvolvimento sustentável vem sendo impulsionado com mais intensidade a partir da Conferência do Rio 92 e problemas globais como “o aquecimento global”, mas a expressão “turismo sustentável” só começou a ser usada a partir do final dos anos 80, considerando o Relatório de Brundtland, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com base que o crescimento econômico deveria ocorrer de maneira ecológica e socialmente igualitário.

Foi então, que a partir dos anos 90, que a abordagem do turismo reconhece a “importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa sociedade”³.

Já na Conferência Globo’90, em Vancouver, alguns benefícios do turismo sustentável foram citados, como por exemplo, que este gera empregos locais, diversifica a economia local, estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, humano e cultural, cria facilidades de recreação que podem ser usadas pela sociedade local, demonstra a importância dos recursos naturais, monitora, assessora e administra impactos do turismo, etc.

Quando falamos de turismo sustentável, este é pensado em elementos ambientais, sociais e econômicos, que leva a uma definição, que

“turismo sustentável significa turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”⁴.

Mas, determinar definições para o turismo sustentável, como considera SWARBROOKE (2000), é complicado e gera algumas confusões, pois não é um conceito suficientemente concreto para os profissionais, e muitos idiomas não tem uma expressão apropriada que resuma o conceito, tanto que alguns analistas exploram a idéia de que :

“(definições gerais) podem dar a impressão de simplicidade do que na verdade é uma área complexa. Definições rígidas poderiam, também, limitar o alcance de questões a serem cobertas sob o domínio do turismo sustentável. As

3. Jonh SWARBROOKE, *Turismo Sustentável. Conceitos e Impacto Ambiental*, p.13.

4. *Ibid.*, p. 19.

definições tendem a ser irrelevantes, enganosas, e a mudar constantemente.”⁵

A sustentabilidade não é um conceito hermético, e para minimizar os impactos, esses devem ser monitorados através do planejamento que segundo BARRETTO (1991), consiste em definir os objetivos, ordenar recursos materiais e humanos, determinar métodos e formas para a organização, estabelecer tempo, qualidade e quantidade, e outras ações necessárias para melhor conduzir uma pessoa ou um grupo.

Mas para se planejar o turismo, cada lugar tem uma metodologia diferenciada, de acordo com as suas características, como por exemplo, a natureza da atividade, o volume de turistas, a duração da viagem, o modo e meio de viajar, o âmbito geográfico, a faixa etária e outros critérios que ajudam na elaboração de um planejamento mais prático e objetivo.

No caso de planejamento diferencial para praias, estas apresentam sazonalidade, com picos de visitação, o que provoca a concentração exagerada de pessoas em determinadas épocas do ano, aumentando conseqüentemente os problemas com o lixo, escassez de água potável, congestionamento, etc. Enfim, pensar em planejamento vinculado à um turismo de qualidade implica segundo SWARBROOKE (2000) abranger a qualidade ambiental, a qualidade do planejamento e da administração da política do turismo, a qualidade do serviço, e tipo de turista, este último, um pouco polêmico, pois parece significar um turista rico e que gaste muito em suas viagens, mas foi a grande massa que em pacotes de viagens, gastando pouco, que desenvolveu este mercado, não podendo então tornar a questão de sustentável em discriminatória.

Partindo desse pensamento, RUSCHMANN (1997), apesar de concordar que o turismo de massa tem contribuído para uma maior destruição do meio turístico, sem menor preocupação com a preservação dos locais visitados, a limitação do número de turistas, gerará uma demanda reprimida e para as pessoas que já tem a viagem como direito adquirido e necessidade de lazer, será difícil substituir por uma outra atividade, surgindo então, como solução proposta, uma melhoria na “qualidade de vida”⁶ nos grandes centros

5. Bramwell, B., *Sustainable Tourism Management: principles and practice* Apud Jonh SWARBROKE, *Turismo Sustentável. Conceitos e Impacto Ambiental*, p. 20.

6. O termo qualidade de vida desta vez é colocado entre aspas devido ao fato de ser um termo utilizado no senso comum, não tendo embasamento científico.

urbanos, e também no ambiente de trabalho, para que assim, a evasão não seja tão acentuada, mantendo os indivíduos no seu meio, por um maior tempo.

Toda esta polêmica é levantada, pois cada localidade tem uma capacidade de carga, um número máximo de visitantes, que a área pode suportar, que depende do tipo de solo, hábitos das pessoas, número e qualidade dos equipamentos, e quando esta capacidade é ultrapassada, “pode provocar a saturação do local, que reflete no comportamento do turista, e conseqüentemente na qualidade da experiência turística”⁷. Mas, de acordo com LUCHIARI (1998), determinar a capacidade de carga de determinado lugar turístico, é como falar que este lugar fosse um sistema fechado, porém esses lugares possuem uma infinidade de variáveis subjetivas, que não estão sujeitas à quantificação, com uma imensa probabilidade de combinações possíveis e imprevisíveis, assim como o ecoturismo, que determina a capacidade de carga de um determinado local, mas a partir do momento que se cria novos equipamentos para as tarefas desempenhadas objetivando se desfrutar da natureza, altera-se a capacidade de carga, aumentando-a.

Contudo, um planejamento sustentável deve abranger não somente o local, como também a região, e com a “mobilização dos vários grupos de interesse para debater e adequar o planejamento local, em função da implantação das políticas de turismo e de preservação ambiental, determinará a força do lugar.”⁸ Para isso, a dinâmica local se torna um ponto muito importante, defendida por vários autores, explicando que o planejamento integrado e participativo exige flexibilidade, e deve ser resolvido pelas pessoas que o sentem. A partir daí, cria-se o PNMT (Política Nacional de Municipalização do Turismo),

lançado em 1994/95, como relata SILVEIRA (1999), descentralizando as ações voltadas ao incremento do turismo, com planejamento territorial com âmbito local.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável, citado por CORIOLANO (1998), deveria atender as necessidades humanas básicas que são finitas e iguais para todos os povos, diferindo somente, a forma de satisfação destas necessidades; entender que o desenvolvimento sustentável não deve ser avaliado segundo limites absolutos relacionados ao crescimento da economia, mas que as limitações impostas são reflexos da

7. Divor van HOUTS, In: Doris RUSCHMANN, *Turismo e planejamento sustentável*, p. 117.

8. Maria Thereza LUCHIARI, *Urbanização Turística um novo nexos entre o lugar e o mundo*, p. 27. In: Luiz Cruz LIMA, *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turismo*.

organização social e tecnológica com pressões sobre recursos ambientais e as abusivas atividades humanas; descobrir novas políticas sociais, econômicas e ambientais, conservando a natureza e levando em conta a comunidade; dividir responsabilidades, fazendo que a cooperação tome o lugar da competitividade; priorizar alternativas de desenvolvimento econômico; avaliar impactos causados pelos mega-projetos, com planejamentos participativos e antecipados; considerar que a qualidade deve começar pelo homem, desenvolver programas educacionais abrangentes voltados para questões ambientais e turísticas; encontrar mecanismos para que as comunidades receptoras de turismo sejam conscientes desta atividade, encontrando no turismo oportunidades.

Assim, o verdadeiro significado da sustentabilidade, segundo CORIOLANO (1998), será derivado de esforços sistemáticos para a consolidação de uma sociedade mais estável e harmoniosa também com a natureza, baseada em princípios de justiça nas relações pessoais. O uso do espaço natural é concedido a todos, mas não concede o direito deste mesmo cidadão agredir, destruir e devastar a natureza, colocando em risco a natureza. Neste sentido, “a base do sistema capitalista – a cobiça, deve ser transformado em um novo fundamento: a justiça.”⁹

9. Luiza Neide COROLIANO, *Lazer e Turismo em busca de uma sociedade sustentável*. p 120.

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO “PRAIA GRANDE: SEUS PRIMÓRDIOS ATÉ A ATUALIDADE”

A origem do nome deriva da palavra tupi "peaçabuçu", que significa porto-grande. Tal designação foi dada pelos indígenas que, para chegarem a Itanhaém, vindos da Ilha Gaihaó, se utilizavam do local como via de acesso. O início do povoamento data do período de 15/10/1532, quando Martin Afonso de Souza iniciou a colonização irregular da Ilha de Gaihaó. Esse fato provocou o deslocamento de colonos para Peaçabuçu, originando assim os primeiros povoados. Com a vinda de João de Souza e sua armada, a Praia Peaçabuçu, passou a denominar-se Praia Grande, em função dela ser realmente grande e, em decorrência de existir em seu nome indígena o adjetivo grande "Buçu", "Uçu". O povoamento de Praia Grande deu-se ao longo de três séculos, caracterizando-se pela presença de um núcleo caiçara, estabelecido ao longo de encosta do Xixová, até a região de Itinga, próximo a Mongaguá. O acesso a Praia Grande se fazia através do Rio Peaçabuçu; com o desenvolvimento do povoado surgiu a necessidade de construção de uma ponte. Surgiu assim a Ponte Pênsil, em 1914, visando facilitar esse acesso.

Os dados mais concretos datam do século XIX, quando diversos pescadores lá se radicaram, aparecendo os primeiros núcleos como Boqueirão, Canto do Forte, Jardim Guilhermina, Solemar e outros. De 1902 a 1910 foi constituída a Fortaleza de Itaipú, por determinação do Presidente Campos Sales.

Desde a instalação dos povoadores portugueses da colonização irregular de São Vicente no Japuí e terras marginadas pelo Rio Pequeno, em 15/10/1532, que Praia Grande começou a ser povoada por colonizadores. Até então apenas aborígenes de Itanhaém e da Ilha Boiabé (hoje São Vicente) faziam uso do território praiagrandense. Durante muitos anos o lugarejo manteve a paisagem caiçara, primitivamente indígena, com a presença dos tupiniquins, macabaus, papuiras e parques núcleos ocupados pelos colonos. Por volta de 1930, começaram a aparecer os primeiros veranistas atraídos pelas belas praias, que chamaram também a atenção de muitos empresários e loteadores que passaram a oferecer terrenos por quantias insignificantes, procurando com isso atrair ainda mais os veranistas. Com isso toda a extensão do Município projeta-se sobremaneira, tendo assim o início da desenfreada evolução demográfica, mais acentuada a partir de sua emancipação em 1967.

Como *marketing*, espalhava-se boatos de que havia baleias que soltavam esguichos na praia do Boqueirão. Nunca se viu as baleias, mas os turistas vinham aos milhares, encantados pela natureza e a imensidão da praia.

A infra-estrutura turística do Município de Praia Grande foi um prolongamento da Ilha de São Vicente, por ser a primeira que se formou e por estar apoiada pelas funções terciárias oriundas das atividades portuárias, polarizou por longo período os demais núcleos turísticos, estabelecendo-se linhas de comunicação entre os mesmos.

A ocupação da região sul de São Vicente, ao longo de Praia Grande é uma conseqüência direta do crescimento econômico da região da Grande São Paulo. A característica fundamental dos núcleos que se desenvolveram na região é serem essencialmente urbanos, com um setor terciário marcante. Antes que o impacto da Grande São Paulo se fizesse sentir em toda sua extensão, a região não tinha maior expressão. É o caso específico do município de Praia Grande. Seu desenvolvimento é recente, de 30 anos atrás. Habitada por pequenos núcleos praianos que se dedicavam ao plantio de milho, feijão, chuchu, mandioca e a pesca, atividades essas que não se apresentavam significativas economicamente. Era ainda centro de exploração de lenha, vendida à Estrada de Ferro Sorocabana e aos moradores de São Vicente. A partir de uma agricultura de subsistência e de extração de recursos naturais - traços bem característicos das raízes da formação econômica brasileira, ainda hoje em vastas porções do território nacional - a região foi sendo absorvida pela economia em expansão de um pólo de crescimento.

O desenvolvimento econômico da Grande São Paulo, ao integrar gradativamente a região, transformou-se num satélite, cujo desenvolvimento passou a depender diretamente da evolução econômica do "pólo dominante". No processo por que passou, e vem passando, a região teve que ser praticamente moldada pelas novas diretrizes que lhe foram sendo impostas pela demanda de Grande São Paulo. Não se pode falar de uma "resposta" da região, ao contrário, o processo foi unidirecional. Com efeito houve "colonização" e ocupação com pequeno aproveitamento dos recursos humanos locais. Como é sabido, o caçara constitui um tipo humano para o qual as proposições da "civilização-máquina" carecem de sentido, e ele acaba, por isso mesmo, marginalizado e também como afirma OLIVEIRA (2001), estes caçaras foram alvo da violência usada pelos novos donos de terrenos, e estavam cada vez sujeitos as oscilações do mercado e impedidos de plantarem devido às novas demarcações de propriedades, tornando este grupo em elementos secundários na organização do espaço local, dando lugar aos novos imigrantes, como funcionários públicos de diversas repartições, construtores, profissionais liberais, etc. A justificativa primeira do desenvolvimento turístico, citada por LUCHIARI (1992), o recurso ambiental, é também a necessidade básica para a sobrevivência do caçara, que com a nova racionalidade capitalista, o uso da terra como mercadoria, fez que os conhecimentos adquiridos pelos caçaras através da experiência com o uso do solo e a dependência dos ciclos naturais, fosse desvalorizado, criando assim uma nova sociedade marginalizada.

A economia regional da Baixada Santista teve sempre por base a prestação de serviços, ao contrário de outras regiões do Estado que possuem condições favoráveis á expansão de parques industriais e/ou crescimento das atividades agrícolas ou pecuárias. A evolução da economia se deu através do Porto de Santos e do Parque Industrial de Cubatão, que impulsionaram o desenvolvimento da construção civil que necessitava atender a demanda da população crescente e assim os setores diversos e interdependentes que compõem uma economia tiveram o início do desenvolvimento. No que se diz respeito ao equipamento urbano, nada existia na região e, portanto, foi aos poucos e, pode-se dizer, precariamente, que todo o complexo citadino foi sendo formado. No entanto, as funções que foram sendo exigidas de Praia Grande, eram de caráter eminentemente urbano, devido à disposição dos planejadores em eleger um *core businnes*¹ que atenderia a demanda da Grande São Paulo, para abrigar um pólo industrial, mas a grande maioria das empresas que se apresentaram eram poluidoras, fazendo a prefeitura abandonar a idéia, predominando

atualmente na Praia Grande a indústria da construção civil. Destaca-se sobremaneira, o fato da maior parte da população da região estar concentrada nos centros urbanos, em virtude da vocação urbana expressa no atual aglomerado da Baixada Santista, pois a localização geográfica estratégica e a disponibilidade de recursos hídricos segundo PASCHOAL (1998), foram fatores importantes na contribuição da instalação do pólo industrial nesta região. Aliado a isto, está o fato da região litorânea não oferecer, em termos de espaço agrícola, potencial, condições favoráveis, tanto de solo como de clima, exceção feita somente ao litoral sul.

Hoje o município de Praia Grande conta com grande desenvolvimento de

1. Core Business: Traduzindo do inglês, significa Centro de Negócios.

sua economia, onde o comércio do município é bem diversificado, contendo aproximadamente 2300 estabelecimentos, sendo que uma boa parte deles depende quase que exclusivamente do Turismo. As instituições financeiras também se fazem presentes, através de agências bancárias governamentais e privadas.

Mas, apesar de todo sua evolução, aliada a questão da privilegiada localização, distante apenas 86 Km da Capital do Estado, Praia Grande tornou-se *point* de excursionistas de 1 dia, que invadiam casas fechadas para tomarem banho e se alimentarem, fato este, que desagradava muito a população local e afastava turistas das classes média e alta, impedindo o desenvolvimento econômico do município.

Até 1993, era esse contexto que predominava na Praia Grande². Neste período, posse do prefeito Alberto Mourão, iniciou-se uma estratégia de planos, dando um arranque para uma nova fase da Praia Grande. A estratégia usada foi de repensar toda a cidade, tomando medidas e realizando obras que assegurassem o crescimento econômico da cidade, para assim poder aumentar a arrecadação tributária da prefeitura. A idéia era de recuperar a confiança da população, do contribuinte, atrair de volta o movimento turístico, baixar a inadimplência tributária e fazer crescer a receita orçamentária, ou seja, o poder público conserva-se na posição de defensor de interesses elitistas.

A primeira norma foi a aprovação da Lei Municipal 793, que entrou em vigor em 8 de janeiro de 1993, para barrar turistas de um dia, os “farofeiros”³, sendo implantados nos

acessos da cidade bloqueios que impediam entradas de ônibus, e os que eram detidos clandestinamente, pagavam multas e taxas de estacionamento.

Em lugar das barracas, foram erguidos quiosques, padronizados e integrados no projeto paisagístico para a orla, que tinha a preocupação de tornar o calçadão atraente e útil para todas as faixas etárias, onde foram abertos recantos de lazer, centros de convivência para a 3ª idade, mesas de jogos, ciclovia, duas escolas de esportes radicais, *playgrounds*, e a Boutique de peixes. O papel do Estado, na Praia Grande como na maior parte das cidades turísticas foi ampliar o processo de exclusão, promovendo para uns

2. O material utilizado como pesquisa dá grande ênfase ao poder público, contendo, então, críticas com embasamento bibliográfico e científico, de minha autoria.

3. Aurélio: farofeiro - fanfarrão, jactancioso, farofento, valentão, arrogante, presunçoso. No senso comum, a palavra significa o turista de um dia, que vai a praia de ônibus, com uma turma e por lá fica o dia inteiro, se alimentando na praia, e ao chegar a tarde, toma banho em prédios em construção, para poder retornar.

privilegiados (os turistas) o espaço espetacularizado.

Mas só mudar paisagisticamente não adiantava, pois a praia tinha um dos piores índices de balneabilidade⁴, índices estes, segundo MIDAGLIA (1999), em uma pesquisa realiza por ela nos anos de 1978 a 1988, apontando a Praia Grande sempre com índices impróprios superiores a 50% do ano, devido aos córregos mal cheirosos e canais de esgoto a céu aberto, além de muitos deles serem clandestinos. Deste modo, a prefeitura iniciou a regularização das ligações de esgoto, para assim dar continuidade no Programa Municipal de Despoluição das Praias, que constituiu na instalação de interceptores de águas pluviais ao longo da orla para impedir que os córregos despejassem dejetos diretamente no mar.

Acoplados aos emissários da Sabesp, os interceptores foram divididos em subsistemas de tratamento e estações elevatórias. Nestes subsistemas, a água e o esgoto recebem um tratamento primário com cloração e filtragem em caixa de areia, para depois soltarem no mar a mais de 3,5 quilômetros.

Também visando melhorar a localização dos bairros, cada um dos 15 bairros ganhou dois marcos de seis metros de altura, em concreto, identificado por cores características, o chamado Projeto Rumo, que disponibilizou a colocação de mapas da cidade em aço escovado ao lado dos marcos e muitas placas indicativas em toda a cidade.

Atualmente a cidade conta com:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Ano	N.º de ligações	N.º de economias atendidas	Extensão da rede		Domicílios atendidos
			Adutora	Emissário	
1999	85.695	156.555	13.908	734.868	100%

LIGAÇÕES DE ESGOTO

Ano	N.º de ligações	N.º de economias atendidas ⁵	Extensão da rede		Domicílios atendidos
			Adutora	Emissário	
1999	18.350	665.441	124.313m	8.868m	41%

4. Balneabilidade: é a qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário, sendo este entendido como um contato direto e prolongado com a água (natação, mergulho, esqui-aquático, etc), onde a possibilidade de ingerir quantidades apreciáveis de água é elevada e o parâmetro indicador básico para a classificação das praias quanto a sua balneabilidade em termos sanitários é a densidade de coliformes fecais.

5. Economias: número de residências atendidas

Visando disciplinar o crescimento do Município, foram elaborados, em 1996, o Plano Diretor do Município e a nova Lei de Ordenamento do Uso, da Ocupação e do Parcelamento do Solo. O Plano Diretor estabeleceu as políticas e diretrizes de desenvolvimento da cidade no horizonte de 10 anos (até 2006) para as áreas de Educação, Saúde, Promoção Social, Ordenamento Territorial, Meio Ambiente, Infra-estrutura e Serviços Públicos, de forma que a cidade se desenvolva oferecendo qualidade de vida aos seus habitantes e visitantes.

Nos estudos realizados, foram identificadas no Município diversas áreas com potencial para usos diferenciados, residenciais, comerciais, de serviços e industriais, destacando-se:

Zona de Transição⁶ - ZT - Zona ainda desocupada. Pela sua localização intermediária entre a área urbanizada e a Serra do Mar, foi destinada a usos associados a serviços de apoio urbano que exijam isolamento com relação às áreas de concentração das atividades urbanas, a exemplo do aterro sanitário, ou que se beneficiem desse isolamento, como o ecoturismo na Serra do Mar e o lazer contemplativo. Deverá permanecer como zona de ocupação rarefeita protegendo os remanescentes da restinga.

Zona Residencial Especial - ZRE - Zona com características ambientais privilegiadas. Visa associar a preservação da maior parte dos remanescentes de mata de restinga à necessidade de aproveitamento econômico das áreas situadas na periferia imediata da zona

urbanizada. Destina-se à implantação de empreendimentos que introduzam no município um novo padrão de assentamento residencial de baixa densidade, através de loteamentos e de condomínios de características especiais. Nesta zona estimula-se, mediante coeficiente de aproveitamento mais elevado, a implantação de condomínios residenciais verticalizados de forma a garantir preservação de espaços contínuos de vegetação nativa.

Zona exclusivamente Residencial - ZR - Zona que inclui áreas já loteadas, que conservam até hoje características de uso exclusivamente residencial, com casas isoladas, na maior parte dos casos, por força de restrições impostas pelo loteador. A preservação desta condição visa atender à demanda de espaços urbanos de maior privacidade e tranquilidade, que constituem atributos requeridos por parte da população.

6. Este zoneamento foi retirado da Lei de Ordenamento do uso, da ocupação e parcelamento do solo, do Plano Diretor do município, Capítulo II, estando mapa anexo no final do trabalho.

Zona Predominantemente Residencial - ZPR1 - Zona residencial ocupada essencialmente por domicílios permanentes, com infra-estrutura incompleta. Deverá permanecer como zona de densidades residenciais médias e de média intensidade de ocupação do solo. Nessa zona foram reservadas áreas para a realização de empreendimentos residenciais preferencialmente promovidos e/ou financiados pelo setor público, destinados aos estratos de população de menor poder aquisitivo, conforme o disposto no Plano Diretor do Município.

Zona Predominantemente Residencial - ZPR 2 - Zona residencial com alta incidência de domicílios de uso ocasional. Em decorrência, apesar da intensa ocupação dos lotes em grande parte da zona, apresenta densidades residenciais de população fixa inferiores ou análogas às da Zona ZPR-1. Apresenta diferentes níveis de dotação de infra-estrutura. A sua porção nordeste conta com os melhores níveis de dotação de infra-estrutura do Município. As áreas menos atendidas, na sua porção sudoeste, correspondem aos setores em que predominam os domicílios de uso ocasional. Será mantida em toda a sua extensão como zona de intensa utilização do solo, tendo em vista que as condições críticas de adensamento na sua porção sudoeste, deficitária de infra-estrutura, ocorrem exclusivamente nos picos da estação turística.

Zona predominantemente Residencial - ZPR 3 - Zona que apresenta grandes glebas por urbanizar, associadas a loteamentos com razoável disponibilidade de lotes vagos em setor

beneficiado por importantes investimentos públicos recentemente concluídos, como o Centro Administrativo e o Terminal Rodoviário. Está situada junto ao entroncamento da rodovia Padre Manoel da Nóbrega - SP-55 - com o Acesso 291/55, principais eixos de conexão regional. Contem a última reserva de áreas livres com frente para a praia. É dotada das melhores condições de infra-estrutura em sua maior extensão e apresenta facilidades para expansão da mesma no restante da área. Deverá ter seu desenvolvimento estimulado mediante a complementação da infra-estrutura e a liberação de usos diversificados e índices urbanísticos favoráveis à atração de investimentos privados que propiciem a utilização racional desse espaço privilegiado.

Zona Comercial - ZC1 - Compreende zonas comerciais tradicionais ou emergentes, que se desenvolvem juntamente com os usos residenciais. Incluem-se nesta categoria tanto o centro comercial principal da cidade, situado no Boqueirão, quanto os denominados “núcleos comerciais” que se desenvolveram linearmente ao longo de ruas. Deverá ser permitida nestas zonas a maior gama de usos terciários, sempre que compatíveis com o uso residencial, visando desconcentrar o atual centro principal e propiciar a redução dos deslocamentos.

Zona Comercial - ZC2 - Inclui área desocupada situada em posição estratégica com relação aos acessos regionais. Deverá ser reservada para o assentamento de equipamentos e atividades terciárias de âmbito regional, que exijam lotes maiores e boa acessibilidade. Em função dos padrões operacionais destas atividades, é recomendável seu isolamento dos usos residenciais que poderiam ser afetados por diferentes tipos de incômodo.

Corredor Comercial - CC - corresponde a concentrações de usos terciários ao longo de eixos viários de maior nível hierárquico, permitindo a sua consolidação como centros lineares de usos diversificados, incluindo essencialmente categorias geradoras de fluxos significativos de veículos, inclusive de transporte de carga.

Corredor de Interesse Turístico - CIT - Corresponde a frentes de quadras voltadas para paisagens significativas que devem ser valorizadas e cujas visuais devem ser preservadas. Nestes corredores deverá ser favorecido o assentamento de usos associados ao turismo e lazer.

Zona de Usos Diversificados - ZUD1 - Zona praticamente desocupada situada ao longo do eixo da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega - SP-55 junto à divisa com o Município de

S. Vicente. O trecho que se estende entre a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega - SP-55 e o Rio Branco foi reservada pela Prefeitura, desde 1968, para a implantação de usos exclusivamente industriais. A faixa situada ao lado oposto da rodovia vem sendo utilizada para extração de areia. Estas áreas, ainda não parceladas, constituem as últimas reservas significativas de terras com boa acessibilidade rodo-ferroviária no Município, devendo ser reservadas para a implantação de atividades diversificadas incluindo indústrias, comércio atacadista e varejista, serviços industriais e outros de âmbito regional.

Zona de Usos Diversificados - ZUD 2 - Zona situada entre a Av. do Trabalhador e o Acesso 291/55 que lhe atribuem alta acessibilidade. É ocupada por usos mistos com predomínio de usos residenciais da população fixa do município. Fica destinada a absorver atividades produtivas diversificadas de padrões operacionais compatíveis com o uso residencial, visando favorecer o desenvolvimento de empresas familiares de baixa concentração de capital, muitas vezes associadas à própria moradia.

Zona Especial de Regularização - ZER - Corresponde a assentamentos residenciais irregulares, para os quais deverão ser desenvolvidos, pelo poder público, programas de Regularização, Reassentamento ou Reurbanização, de acordo com estudo específico a ser realizado conforme o estabelecido no Plano Diretor do Município.

Zona Especial de Recomposição - ZECOMP - Área degradada pela disposição de resíduos sólidos, que deverá sofrer a intervenção específica do poder público visando à sua recuperação, nos termos previstos no Plano Diretor do Município.

Zona Especial de Reurbanização - ZEURB - Área central de alta acessibilidade, com grande disponibilidade de lotes vagos ou sub-utilizados. Deverá ser objeto de Programa de Reurbanização, visando à sua plena utilização e valorização urbanística, devendo ser destinada à implantação de atividades institucionais públicas e privadas, centros empresariais e de comércio e serviços, além de garagens para atender à demanda específica da área e à demanda não atendida do entorno imediato.

Zona Especial de Interesse Ecológico - ZEIE 1 - corresponde ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Zona Especial de Interesse Ecológico - ZEIE 2 - corresponde ao Parque Estadual do Xixová/ Japuí.

Zona Especial de Interesse ecológico - ZEIE 3 - área de Mangues, objeto do Programa de Implantação do Parque do Piaçabuçu, criado pelo Plano Diretor do Município.

É interessante notar, como diz CARVALHO (2000), que todas as leis de zoneamento correspondem a interesses e soluções específicos das elites, atendendo somente, interesses claros e específicos dos bairros da população de alta renda, talvez por este motivo, a área de recomposição (ZECOMP) esta mais próxima de bairros de baixo poder aquisitivo, pois esta área necessita de recuperação a partir de intervenção do poder publico, o que conseqüentemente diminui seu preço.

A partir desta nova delimitação implantada pela Lei de Ordenamento do Uso, da Ocupação e do Parcelamento do Solo, ficou proibido o uso do solo para fins urbanos, assim como segue o artigo 55:

ART. 55 - Fica vedado o parcelamento do solo para fins urbanos:

VI - nas áreas de preservação ecológica abaixo arroladas, cuja localização e configuração consta na Carta Oficial “Zoneamento”, e cujos perímetros são descritos no Anexo I desta Lei Complementar.

- a) Mangues;
- b) Parque Estadual da Serra do Mar;
- c) Parque Estadual do Xixová;
- d) Faixas de Preservação Permanente, conforme estabelecido no Código Florestal.

Área legalmente protegida ou por unidade de conservação e proteção ao Ecossistema Mata Atlântica (mangue e restinga)⁷

- Parque Estadual Xixová / Japuí - Decreto Estadual 37.536/93: Ocupa 5,54 Km², totalizando 2,10% da área de Praia Grande.
- Parque Estadual Serra do Mar - Decreto Estadual 10.251/77 e 13.313/79: Ocupa 45,31 Km², totalizando 31,25% da área de Praia Grande.
- Piaçabuçu: ocupa 8,27 Km², totalizando 5,58% da área de Praia Grande.

Nota-se, a partir de então, um interesse na preservação das áreas verdes, expresso em leis e no Plano Diretor da cidade, comprovando que a mesma esta caminhando no rumo

certo para um desenvolvimento integrado e de certo modo sustentável, passando por um processo de ordenação, alterando má usos provocados pelo crescimento desordenado pelo qual passou por mais de 3 décadas.

Atualmente, de acordo com o **Boletim do Município de PRAIA GRANDE - 26/10/2001**, elaborado pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), a Praia Grande tem suas praias Boqueirão, Ocian, Guilhermina, Vila Mirin, Julia Maria, Vila Caiçara, Jardim Solemar próprias para o uso e somente o Balneário Flórída impróprio, índices comprovados por amostragem no período de 23/09/2001 a 21/10/2001.

7. As Áreas de Proteção Ambiental (APA) tem um perfil próprio, único no Brasil, objetivam a promoção da qualidade de vida da população, a equidade social e a proteção ambiental nos espaços geográficos, a partir de um disciplinamento do processo de ocupação para se alcançar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, sem coibir as atividades econômicas do homem e à sua dinâmica de vida. Vem sendo largamente defendidas e implantadas nas várias regiões do país, sob administração dos níveis federais, estaduais e municipais. In: Francisco BRITO, *Democratização e Gestão Ambiental*, p. 145.

Em pesquisa direta de fonte primaria qualitativa e quantitativa, realizada nos dias 15 e 16 de junho de 2001, com um total de 60 entrevistados, notou-se em primeira instância uma grande aceitação da pesquisa por parte dos entrevistados, aguçando a curiosidade e aumentando a incidência da pergunta a quem pertencia a pesquisa e se era paga, mas no geral houve total colaboração e interesse em responder fielmente as doze questões elaboradas, sendo somente três de grande interesse, a qual aparece em gráficos, e as outras estão inseridas no trabalho de forma contextual.

Primeiramente, a pesquisa revelou que o município de Praia Grande realmente passou por mudanças, aos olhos de moradores e freqüentadores de mais de 10 anos (a maior porcentagem de pessoas entrevistadas), como mostra o gráfico abaixo:

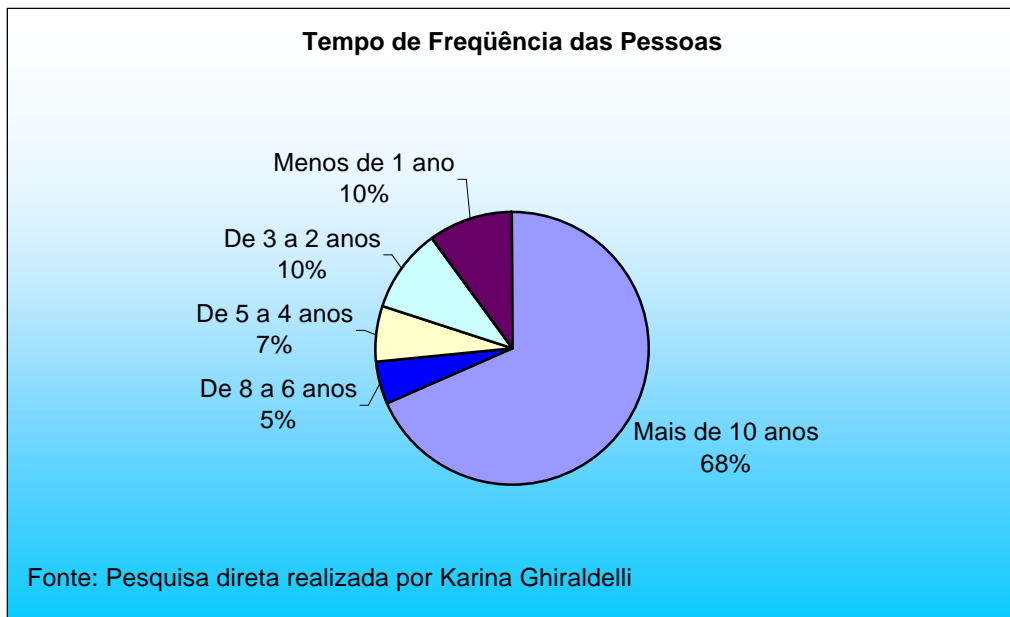


Gráfico 1

Também, a maioria das pessoas entrevistadas citam que, a infra-estrutura do município de Praia Grande é boa, mas tendo muito o que melhorar ainda, como ilustram os gráficos a seguir:

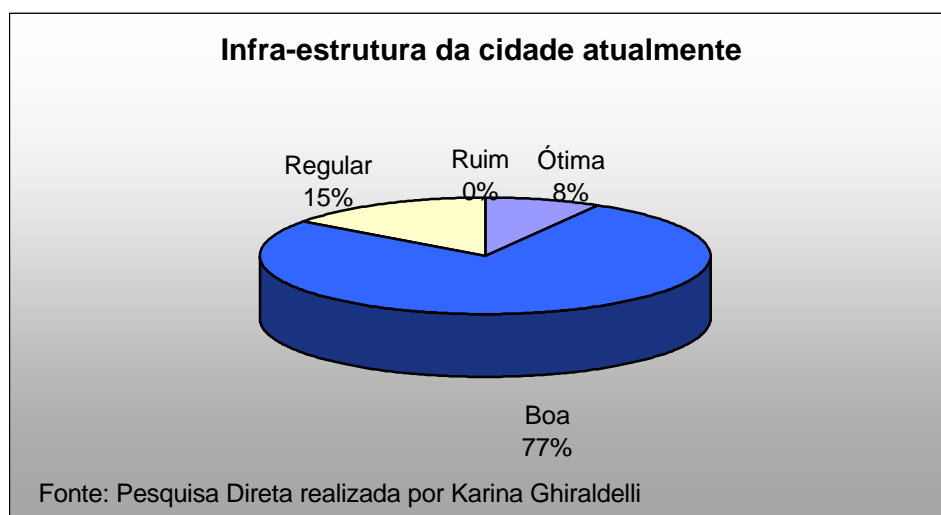


Gráfico 2



Fonte: Pesquisa Direta realizada por Karina Ghiraldelli

Gráfico 3

E finalmente, a pesquisa apontou que grande porcentagem das pessoas entrevistadas atualmente vai de carro para a cidade, provando que o turismo de excursionistas, fato depreciador da praia, foi contornado, para que assim, a cidade de Praia Grande possa seguir um melhor planejamento da cidade.

Nota-se, a partir do gráfico 3, que a segurança é o fator que mais aflige o turista, que sai de seu local de origem buscando alívio para as sensações de insegurança, e busca para seu lazer cidades de grandes adensamentos populacionais, como Praia Grande, que atualmente possui 191.811 habitantes⁸, encontra a mesma problemática, exigindo deste local uma melhor segurança.

8. Fonte: IBGE 2000 – <http://ibge.gov.br>

CONCLUSÃO

Após levantamentos bibliográficos, tanto sobre paisagens, praias, atividade turística sustentável, a história da Praia Grande –SP, o estudo de caso apontado, pesquisas diretas e muita reflexão, pode-se chegar a uma consideração final sobre o trabalho realizado durante todo o ano de 2001.

Todo o embasamento teórico-científico tornou possível a análise crítica, no que se refere a atuação do poder público do município de Praia Grande em sua recente urbanização, mudanças de leis, direcionamento do turismo (restrição de ônibus a deriva na praia, somente aceitando turistas de ônibus com direcionamento a um estabelecimento hoteleiro), além da avaliação conceitual do que acontece na Praia Grande e o que se espera da aplicabilidade dos requisitos gerais de turismo sustentável.

A Praia Grande, reurbanizou quase toda sua orla marítima, padronizou quiosques, criou uma boutique de peixes, centralizando a venda do pescado, enfim, executou grandes transformações na praia a poucos 8 anos atrás.

Toda sua mudança estrutural, implica em ser analisada, devido a mesma estar envolvendo tanto a comunidade local, o poder público e a própria natureza, pontos estes integrados que se tornam base para a sustentabilidade.

Mas a cidade de Praia Grande pecou em alguns setores, como por exemplo a falta de conservação da urbanização da orla, rotulada como estância turística precisaria investir, criando uma política de conscientização da comunidade local, que abrangesse a importância da educação ambiental, tanto para os moradores quanto para os turistas, o que levaria as pessoas a praticarem um lazer criativo e gratificante, e conseqüentemente criariam recursos para reivindicações junto ao poder público, lutando pelas suas necessidades e desejos.

A cidade, como acontece em nosso país de forma geral, também sofreu com a rotatividade do poder público, pois com a posse de um novo prefeito, que não participou da mudança estrutural, o que fez que a cidade caísse no abandono, aumentando os índices de criminalidade, cenas de degradação, fim da escola de esportes radicais, etc.

Para tanto os órgãos responsáveis precisam ainda refletir sobre as mudanças ocorridas, para que com o tempo consigam chegar a uma proposta mais holística, tendo como meta a sustentabilidade, ou pelo menos a aproximação de seus padrões, pois se tratando de usufruto da natureza, uma atividade sustentável se torna quase que impossível, pois se consome a natureza, mudando suas características originais, podendo então, somente aumentar a vida útil do atrativo, diversificando suas opções, respeitando a capacidade de carga do local, e procurando novas alternativas para que a atividade turística também não acabe.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, José Vicente. *Turismo, fundamentos e dimensões*. 8º ed. Campinas, SP: Ática, 2000.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AZEVEDO, Aroldo. *A Baixada Santista*. 4 vol. São Paulo: Edusp, 1965.

BARRETO, Margarita Angeli. *Planejamento e organização em Turismo*. Campinas, SP: Paiprus, 1991.

_____. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BRITO, Francisco e CÂMARA, João B. *Democratização e gestão ambiental – Em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRUHNS, Heloísa Turini. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani A., CRUZ, Rita Cassia A. (orgs). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 25-37.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Instrumentos Legais de Gestão Urbana: Referências ao Estatuto da Cidade e ao Zoneamento. In: BRAGA, Roberto, CARVALHO, P. F. (orgs). *Estatuto da Cidade: Política Urbana e Cidadania*. Rio Claro: UNESP – IGCE, 2000, p.41-58.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. (org). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. *Do global ao local: O turismo litorâneo cearense*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 9º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
<http://ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2000/ufs.php>

LUCIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz. (org). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turismo*. Fortaleza: UECE, 1998, p. 15-29.

_____. A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara. In: NEPAM. Núcleo de Estudos e pesquisas Ambientais. *Ambiente e Sociedade: possibilidades e perspectivas de pesquisas*. Campinas, SP: UNICAMP, NEPAM, 1992, p.164-193.

MACEDO, Silvio S., PELLEGRINO, Paulo R. M.. Do éden a cidade – transformação da paisagem litorânea brasileira. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani A., CRUZ, Rita Cassia A. (orgs). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 156-160.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. 2º ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amélia Inês G. (org). *Turismo – Impactos Sócio-Ambientais*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p.19-25.

MIDAGLIA, Carmem Lucia V. Turismo e meio ambiente no litoral Paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. In: LEMOS, Amélia Inês G. (org). *Turismo – Impactos Sócio-Ambientais*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p.32-56.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rosseti. Espaço, lazer e hiper-realidade. *Idéias e Argumentos*, Americana, 1 (1): 93-119, 1º sem. 2000.

PASCHOAL, Clarice M. R. Brota. Avaliação da qualidade ambiental de Cubatão. In: VEIGA, José Eli da. (org). *Ciência Ambiental: Primeiros Mestrados*. São Paulo: Annablume Fapesp, 1998, p. 255-276.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE. <http://praiagrande.sp.gov.br>

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani A., CRUZ, Rita Cassia A. (orgs). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 55-62.

_____. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani A., CRUZ, Rita Cassia A. (orgs). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 171-188.

RODRIGUES, Ivone da Silva. A avaliação da paisagem para fins de desenvolvimento turístico. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio, RIEDL, Marco. (orgs). *Turismo Rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 223-244.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável – A proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4º ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SESC SÃO PAULO. *Cadernos de Lazer*. Documento 1, 1976.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho científico*. 21º ed. rev.e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SODRÉ, Ulisses Nunes. (2001) A problemática das praias no verão.
http://www.uol.com.br/cultvox/novos_artigos/overao.htm

SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos*. v. 3. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

WEBER, Eugen. *França Fin-de-siècle*. São Paulo: Cia das letras, 1989.

WEBER, Marx. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6º ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

ANEXOS

Anexo 1: Portal da cidade



Fonte: <http://praiagrande.sp.gov.br>

Anexo 2: Ciclovía Urbanizada



Fonte: <http://praiagrande.sp.gov.br>

Anexo 3: Vista Aérea da cidade de Praia Grande



Fonte: <http://praiagrande.sp.gov.br>

Anexo 4: Bandeira do Município



Fonte: <http://praiagrande.sp.gov.br>

Anexo 5: A praia antes e depois da reurbanização

Fonte: Realizações. *Discutindo novos rumos para a sociedade*. Ano I – Edição especial, 1998, p. 83.

Anexo 6: Questionário Visitantes Praia Grande

1. Qual o local de procedência?

- São Paulo Santos ABC Paulista
 Campinas Outros _____

2. Qual a sua idade?

- Até 20 anos de 20 a 30 anos de 30 a 40 anos mais de 50 anos

3. Qual a sua faixa salarial?

- de 1 a 5 salários mínimos de 5 a 10 mais de 10

4. Em que tipo de imóvel se hospeda?

- Hotel Camping Albergue
 Pousada Casa/Apto próprio Casa/Apto parentes ou amigos
 Casa/Apto Alugado Outros _____

Se imóvel próprio, há quanto tempo possui?

- mais de 10 anos 8 a 6 anos 5 a 4 anos
 3 a 2 anos 1 ano ou menos

5. Qual o tipo de transporte utilizado?

- Carro Ônibus Utilitários Alugados

6. Quanto tempo geralmente fica na cidade?

- Durante o dia, sem pernoitar 1 a 3 dias 4 a 6 dias
 mais de 7 dias

7. Visita regularmente a cidade? Com que frequência?

- Sim Não Toda semana de 15 em 15 dias
 1 vez por mês 1 vez a cada 3 meses 2 vezes por ano
 1 vez por ano menos de 1 vez por ano

8. Há quanto tempo frequenta a cidade?

- mais de 10 anos 8 a 6 anos 5 a 4 anos
 3 a 2 anos 1 ano ou menos

Se mais de 10 anos: Sentiu mudanças na cidade? Quais?

9. O que acha da infra-estrutura da cidade de Praia Grande hoje?

- Ótima Boa Regular Ruim

Na sua opinião, o que deve ser melhorado?

10. Porque visita Praia Grande?

- Infra-estrutura Qualidade da Praia lazer
 Localização Outros _____

11. Com quem visita Praia Grande?

- Família Amigos Namorado(a) Colegas de Trabalho

12. Quanto em media gasta por dia na cidade?

- Menos de R\$ 50,00

de R\$50,00 a R\$100,00

r